

Resumo da Reunião Pública da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social da Câmara de Vereadores de Garopaba

Data: 6 de março de 2025.

Local: Câmara de Vereadores de Garopaba.

Assunto: Discussão do veto total do Prefeito Junior de Abreu Bento à Emenda Substitutiva 01/2024, de autoria do ex-vereador João Julião, ao Projeto de Lei 106/2023, que trata da revisão do Plano Diretor de 2010.

Total de Participantes: 105 pessoas

Presenças:

- Vereadores: Rodrigo Oliveira (Presidente da Comissão), Atanásio Gonçalves Filho (Vice-Presidente), Rogério Linhares. Filipe dos Santos e Aires dos Santos (membros da comissão, ausentes)
- Ex-Vereador: João Julião (autor da emenda)
- Técnicos: Professor Eduardo (Instituto Federal de Santa Catarina), Professor Paulo Horta (biólogo da Universidade Federal de Santa Catarina), Dr. José Luís Miguel Nieto (representando o Condema), Biólogo Cássio Sartori, Professor Jorge (Udesc).
- Comunidade de Garopaba e lideranças comunitárias da Ferrugem, Palhocinha e Silveira. Além da presença da Associação Amigos do Meio Ambiente de Garopaba (AMA).

Abertura:

- O Presidente da Comissão, Vereador Rodrigo Oliveira, abriu, às 19h40, a reunião agradecendo a presença de todos.
- Foi explicada a dinâmica da reunião e a composição da Comissão.
- Foi contextualizada a discussão sobre a Emenda 01/2024, que propõe a substituição dos parâmetros da Zona Especial de Preservação 1 (ZEP 1) e da Zona de Uso Restrito 2 (ZUR 2) do Projeto de Lei 106/2023.
- A importância da participação da comunidade foi enfatizada, visando orientar a posição da Comissão.
- O Presidente explicou que a Comissão precisa produzir um relatório para orientar os vereadores sobre a rejeição ou aprovação do veto.

Apresentações e Discussões:

- **Rodrigo Oliveira (Presidente da Comissão):** Abriu a reunião, agradecendo a presença do público, lideranças comunitárias e vereadores. Explicou o contexto da reunião, a Emenda 01/2024, que propõe a substituição dos parâmetros da Zona Especial de Preservação 1 (ZEP 1) e da Zona de Uso Restrito 2 (ZUR 2) do Projeto de Lei 106/2023. Detalhou que a emenda altera apenas essas duas zonas, especificando as mudanças nos parâmetros como lote mínimo, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento e taxa de permeabilidade. Enfatizou que a decisão sobre o veto não permite emendas, apenas aprovação ou rejeição. Mencionou que a discussão ocorre devido ao prazo de 30 dias para análise do veto, conforme a Lei Orgânica. Destacou a importância de um relatório da Comissão para orientar os vereadores. Apontou que a proposta da prefeitura permite dobrar a ocupação.
- **Professor Paulo Horta (UFSC):** Apresentou a questão ambiental ligada à saúde da natureza, sociedade e economia. Alertou sobre as mudanças climáticas como principal ameaça à economia global, conforme o Fórum Econômico Mundial. Citou o aumento de 1,5 graus Celsius na temperatura global, ultrapassando o limite do Acordo de Paris. Apelou para a revisão do voto, mencionando tragédias climáticas como a do Rio Grande do Sul e a necessidade de preparar as cidades para eventos extremos. Criticou a falta de menção às mudanças climáticas no Projeto de Lei. Defendeu um planejamento urbano orientado pela ciência, considerando a capacidade de suporte do território. Para ele, considerando essas mudanças, a construção em áreas elevadas oferece riscos para futuros moradores, além de impactar o equilíbrio ambiental. Alertou para o derretimento da Antártica e o aumento do nível do mar. Ofereceu o apoio da UFSC e do projeto Ecoando Sustentabilidade para rediscutir alternativas para a cidade.
- **Professor Eduardo (IFSC):** Relatou ter participado do grupo de discussão do Plano Diretor, mencionando os conflitos de interesses e a importância de abranger as áreas alagadas. Concordeu com o Professor Paulo Horta. Informou que o IFSC está à disposição da comunidade, prefeitura e Câmara de Vereadores, através de projetos de extensão. Mencionou que a discussão sobre as planícies alagáveis foi "perdida" com a aprovação do zoneamento.
- **Biólogo Cássio Sartori:** Expressou preocupação com o adensamento nas encostas e o impacto nos remanescentes florestais. Alertou para a questão das áreas de uso restrito e a mudança no entendimento do IMA, que permite a supressão de vegetação em áreas com declividade entre 25 e 45 graus. Defendeu a paisagem e as nascentes de água. Espera que juntos possam sensibilizar os vereadores para que derrubem o veto do prefeito.
- **Professor Jorge (UDESC):** Agradeceu o convite para participar do espaço democrático de discussão sobre a ocupação dos morros de Garopaba. Enfatizou que o tema tem implicações sociais e econômicas, além das ambientais. Destacou a importância das montanhas verdejantes para a beleza cênica de Garopaba, associando a vegetação ao Plano Diretor de 2010 e à legislação federal de proteção das áreas de APP e áreas de declividade. Mencionou os benefícios da vegetação

nas montanhas, como a entrega de água de qualidade para os moradores, a proteção dos riachos e mananciais. Ressaltou que a ciência comprova a importância da vegetação para a qualidade e quantidade de água. Apontou que as montanhas funcionam como proteção natural contra as chuvas, retraindo a água e prevenindo inundações. Questionou se vale a pena perder a qualidade e a quantidade de água para aumentar a ocupação. Sugeriu que as áreas de montanha poderiam ser utilizadas para práticas agrícolas familiares, aproveitando o momento de crise alimentar. Alertou que o diagnóstico para o Plano Diretor ficou aquém do esperado, sem evidências robustas que justifiquem a alteração da ocupação dos morros. Pediu aos gestores que pensem com parcimônia, considerando o bem comum da população de Garopaba. Colocou a Universidade à disposição para pensar em formas sustentáveis de ocupar o território e gerar desenvolvimento. Reforçou a pertinência do tema com sua área de atuação como professor da UDESC e sua experiência de 20 anos em sistemas ecológicos costeiros. Acrescentou esperar que sua fala fosse recebida como recomendações de alguém que estuda a área, e não como uma afronta.

- **Ex-vereador João Julião:** Apresentou os motivos da emenda substitutiva, originada de uma demanda da Associação da Praia da Silveira. Contrapondo três pontos da mensagem de veto do Poder Executivo:
 - a) Falta de embasamento técnico: Argumentou que a Emenda 01/2024 busca manter a redação atual do Plano Diretor de 2010, que já possui embasamento legal e técnico. Questionou como uma Lei que transformou a cidade pode carecer de respaldo legal.
 - b) Apelo da comunidade da Praia da Silveira: Explicou que a Emenda 01/2024 se aplica a todo o município, pois o Zoneamento não é dividido por bairros. Defendeu que o que não é bom para a Praia da Silveira não é bom para os demais bairros. Mencionou que a Emenda foi aprovada por unanimidade na legislatura passada.
 - c) Jurisprudências: Afirmou que as jurisprudências citadas pela prefeitura não se aplicam ao caso, pois a Emenda possui justificativa técnica e legal. Frisou que o zoneamento atual tem um equilíbrio entre permissividade e restrição, e que deveria ser mantido.
- **Filipe (cidadão inscrito):** Expôs sua experiência com o Plano Diretor de Porto Alegre. Defendeu que Garopaba não tem interesse em verticalização. Enfatizou a urgência da questão ambiental e a necessidade de salvar a espécie humana. Criticou a falta de atenção aos sistemas hídricos de lagoas.
- **Heriberto (cidadão inscrito - Geógrafo - morador da Palhocinha):** Parabenizou o vereador João Julião pela Emenda. Justificou que outras comunidades não se manifestaram por não imaginarem que o Plano Diretor seria votado tão próximo ao fim da legislatura passada. Defendeu que a questão dos morros é fundamental para todas as comunidades de Garopaba. Alertou para o desmatamento e a perda de vegetação, que protegem o solo e garantem o abastecimento de água. Apelou para a derrubada do veto e a criação de uma lei que não permita mais asfaltamento.

- **Rodrigo (cidadão inscrito - Arquiteto e Urbanista)::** Destacou a complexidade do planejamento urbano. Criticou o modelo de zoneamento por cotas, que ignora as particularidades de cada local. Defendeu a necessidade de entender a vocação de cada bairro e de monitorar o planejamento urbano.
- **Miguel (cidadão inscrito representando a Associação da Ferrugem):** Agradeceu pela reunião pública. Criticou a ausência de representantes da prefeitura. Defendeu que todos estão organizados, mas que a falta de atenção às demandas desmotiva a participação. Solicitou uma audiência para discutir saneamento básico em Garopaba. Apelou para a preservação de Garopaba e criticou a especulação imobiliária.
- **Grasiela Maciel (cidadã inscrita - Bióloga - moradora do Macacu):** Apelou aos vereadores e ao prefeito para que pensem no futuro da cidade e das crianças. Lamentou a ausência de representantes da prefeitura e a falta de consideração pela ciência. Defendeu a aprovação da emenda e a preservação dos morros e áreas úmidas. Relembrou o compromisso dos políticos com a cidade.
- **Dr. José Luiz Miguel Nieto:** Apresentou o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Condema) e sua função na interface entre a sociedade e o poder público. Mencionou a dificuldade de diálogo com a casa que recebeu os recursos para implementar o saneamento. Informou que a capacidade de carga do lençol freático já se esgotou.

Relatório e Votação:

- **Vereador Atanásio Gonçalves Filho (Nazinho):** Apresentou seu relatório, manifestando-se contrário ao veto do Prefeito Municipal e recomendando sua derrubada em plenário. Falou como cidadão, sobre as belezas naturais de Garopaba. Falou da importância de cuidar e preservar, para o futuro e para as próximas gerações. Salientou que não são contra o crescimento da cidade, mas sim a favor de um crescimento sustentável e equilibrado. Citou a importância do saneamento básico antes de qualquer expansão. Justificou seu voto com a necessidade de preservar

- **Vereador Rogério Linhares (Dedéu):** Agradeceu a presença de todos e reforçou sua posição contrária ao veto. Pediu ajuda para lutar por uma Garopaba melhor, que não se deixe levar pela especulação imobiliária.
- **Vereador Rodrigo Oliveira:** Também se manifestou favorável à derrubada do veto. Explicou que o que está em questão é a pressão da especulação imobiliária. Lamentou a ausência da prefeitura, ressaltando a necessidade de um momento mais didático que explicasse em cada comunidade o impacto do zoneamento. Para isso, era fundamental a presença da prefeitura na discussão junto com a Câmara. Ainda lembrou que as razões do veto finalizam defendendo o Desenvolvimento Sustentável para Garopaba, porém ampliar a ocupação de morros vai na direção oposto a essa vontade. Encerrou afirmando que apenas um novo projeto de zoneamento pode sanar as questões demandadas pelos técnicos e comunidade.

Encaminhamentos:

- O material produzido a partir da reunião será levado ao conhecimento dos demais vereadores para orientar seus votos.
- O Presidente da Comissão informou que levará ao Ministério Público o questionamento sobre a ausência de representantes da prefeitura na reunião.

Encerramento:

- O Presidente da Comissão, Vereador Rodrigo Oliveira, encerrou, às 21h30, a reunião agradecendo a presença de todos.